

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Paula Diana Rodrigues Ramos

**O RACISMO ESTRUTURAL NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO
INICIAÇÃO À LITERATURA BRASILEIRA,
DE ANTONIO CANDIDO**

Taubaté – SP

2022

Paula Diana Rodrigues Ramos

**O RACISMO ESTRUTURAL NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO
INICIAÇÃO À LITERATURA BRASILEIRA,
DE ANTONIO CANDIDO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História/ Letras: Português e Inglês e Respectivas Literaturas pelo Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientador(a): Prof.(a) Thais Travassos

Taubaté - SP

2022

Colocar aqui a ficha catalográfica, que deve ser feita pela bibliotecária do
Depto. de Ciências Sociais e Letras.

Paula Diana Rodrigues Ramos

**O RACISMO ESTRUTURAL NA COMPOSIÇÃO DO TEXTO
INICIAÇÃO À LITERATURA BRASILEIRA,
DE ANTONIO CANDIDO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História/ Letras: Português e Inglês e Respectivas Literaturas pelo Departamento de Ciências Sociais e Letras da Universidade de Taubaté.

Orientador (a): Prof. (a.) Thais Travassos

Data: ____ / ____ / ____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a). Dr. (a).: _____ Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. (a). Dr. (a).: _____ Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

Prof. (a). Me. (a).: _____ Universidade de Taubaté

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado saúde e perseverança para superar as dificuldades.

À Universidade de Taubaté, seu corpo docente, direção e administração, que oportunizaram a minha graduação.

À minha orientadora, professora Thais Travassos, pelo suporte, pelas suas correções e incentivos, além das aulas maravilhosas que contribuíram para que eu me apaixonasse cada vez mais pela literatura.

Aos meus pais, Cidinha e Antonio Carlos, e à minha irmã, Amanda, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

E a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, minha eterna gratidão.

Numa sociedade racista, não basta não ser
racista, é preciso ser antirracista.

(Angela Davis, 1981)

RESUMO

Atualmente, é menos incomum tratar o racismo que permeia a sociedade brasileira. Esse trabalho será desenvolvido para ilustrar de que maneira o racismo estrutural ajuda a compor o texto *Iniciação à literatura brasileira*, de Antonio Candido. Os objetivos são compreender o que é racismo estrutural, analisar de que maneira esse racismo aparece na literatura como Instituição, apresentar o livro *Iniciação à literatura brasileira* e, por fim, verificar o caso do racismo estrutural na formação do livro. A relevância desse trabalho é iluminar um conceito que, muitas vezes, é mantido no escuro para não causar mudanças nessa sociedade que favorece alguns em detrimento de outros e trazer para o conhecimento daqueles que não tem a importância dos autores negros na literatura do nosso país, uma vez que essa é parte relevante da nossa cultura. A presente pesquisa foi realizada com base em teóricos, como Silvio de Almeida (2021) e Lilia Schwarcz (1993; 2019), além do próprio Antonio Candido (2015). Verificou-se que, por mais que o professor Candido não tenha sido um homem de práticas racistas, seu livro está inserido dentro do racismo estrutural. Assim, os resultados deste estudo podem contribuir para que os leitores, estudantes, professores e todos que se interessem por esse assunto compreendam que o racismo estrutural presente na nossa sociedade, por meio da história de colonização do Brasil, afeta diretamente a literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural. Sociedade. Literatura. *Iniciação à literature brasileira*. Antonio Candido.

ABSTRACT

Today, it is less unusual to address the racism that permeates Brazilian society. This work will be developed to illustrate how structural racism helps to compose the text *Iniciação à Literatura Brasileira*, by Antonio Candido. The objectives are to understand what structural racism is, to analyze how this racism appears in the literature as an Institution, to present the book *Iniciação à literatura brasileira* and, finally, to verify the case of structural racism in the formation of the book. The relevance of this work is to shed light on a concept that is often kept in the dark so as not to cause changes in this society that favors some over others and bring to the knowledge of those who do not, the importance of black authors in the literature of our country, since this is a relevant part of our culture. The present research was carried out based on theorists, such as Silvio de Almeida (2021) and Lilia Schwarcz (1993; 2019), in addition to Antonio Candido (2015). It was found that, even though Professor Candido was not a man of racist practices, his book is inserted within structural racism. Thus, the results of this study can help readers, students, teachers, and everyone who is interested in this subject to understand that the structural racism present in our society, through the history of colonization in Brazil, directly affects Brazilian literature.

Key words: Structural racism. Society. Literature. *Iniciação à literatura brasileira*.

Antonio Candido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O que é racismo estrutural?	10
2 De que maneira o racismo estrutural aparece na Instituição Literatura?...	15
3 O livro <i>Iniciação à literatura brasileira</i>	21
3.1 As manifestações literárias.....	23
3.2 A configuração do sistema literário.....	24
3.3 O sistema literário consolidado.....	30
4 O caso do racismo estrutural na formação do livro	37
4.1 Alguns autores e autoras importantes que são, muitas vezes, esquecidos pela tradição da crítica literária brasileira.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

O racismo é algo que está presente na cultura brasileira desde os primórdios e, muitas vezes, está tão enraizado na história do país que passa despercebido e acaba se tornando parte do senso comum. Esse racismo que se incorpora à organização de uma sociedade é chamado, pelo estudioso Silvio Almeida, de *racismo estrutural* e é constituído por práticas institucionais, históricas, culturais, políticas e interpessoais dentro de uma sociedade. Além de muitas obras trazerem em seu enredo situações que apontam para o racismo estrutural, ele também é notado na construção da nossa literatura como Instituição.

Diante desse cenário sociocultural, que neutraliza o racismo como parte estrutural da formação de um povo, esse trabalho visa responder a seguinte pergunta: de que maneira o racismo estrutural ajuda a compor o texto *Iniciação à literatura brasileira*, de Antonio Candido? Esse livro é um resumo histórico da literatura brasileira que o professor faz com o intuito de “sistematizar” a formação dela. A obra acaba sendo um manual que serve de base para os livros didáticos e, conseqüentemente, para o que a maioria da população brasileira conhece por literatura do seu país.

O objetivo da presente pesquisa é iluminar o racismo estrutural na composição do livro a partir da compreensão, primeiramente, do que é o *racismo estrutural*, analisando de que maneira esse racismo aparece na literatura como Instituição, apresentando a obra-objeto da pesquisa e verificando o caso particular do racismo estrutural na formação dela.

A relevância deste trabalho é a contribuição para que o aluno, os próprios professores e o leitor em geral consiga vislumbrar os traços do racismo estrutural que compõem a história do Brasil e, mais especificamente, o nosso “sistema literário”, nas palavras de Candido.

Realizado por meio da pesquisa bibliográfica de teorias e obras dos autores Silvio Almeida, Lilia Schwarcz e do próprio Antonio Candido, o trabalho organizar-se-á em quatro capítulos, sendo eles: o que é racismo estrutural?; de que maneira o racismo estrutural aparece na Instituição Literatura?; o livro *Iniciação à literatura brasileira*; o caso do racismo estrutural na formação do livro. As referências aparecem ao final do trabalho e ficam como sugestões de leitura para os leitores desta pesquisa.

1. O que é racismo estrutural?

É de conhecimento de todos que, em 22 de Abril de 1500, os portugueses oficialmente chegaram ao Brasil. Porém, o que, muitas vezes, fica nas entrelinhas e longe do entendimento de muitas pessoas é que esse território foi, na verdade, invadido ao invés de “descoberto”. Outros povos já viviam aqui, já habitavam essas terras e sofreram com a invasão e a sua apropriação por parte dos europeus. Indígenas e, mais adiante na história, africanos foram escravizados e, mesmo que seja de conhecimento geral que a escravidão não é algo bom, o racismo continua enraizado em nossa estrutura social de modo que, ainda hoje, as terras dos poucos indígenas que restaram em nosso país ainda sofrem invasões.

Muitos escritores vêm tratando desse assunto ao longo dos anos e transcrevo aqui duas frases que encontrei em meio às minhas leituras: uma, de Millôr Fernandes, que diz que “o Brasil tem um enorme passado pela frente”, e outra, de Gilberto Freyre, que diz que “o passado nunca foi, o passado continua”. Ambas as frases, ditas e escritas por dois homens importantes da história da comunicação no nosso país, nos auxiliam a compreender que a invasão, a escravidão e a cultura impostas pelos portugueses no ato opressor da colonização construíram um passado que se tornou presente, e sempre será o futuro, a menos que abramos nossos olhos e dialoguemos uns com os outros sobre essa questão estrutural da nossa formação.

Segundo Lilia Schwarcz, grande historiadora, antropóloga e professora na Universidade de São Paulo:

(...) a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita” (2019, p. 27).

Os escravizados eram proibidos de estudar e ir às escolas, pois os Senhores não queriam que eles tivessem conhecimentos suficiente para se rebelarem. Mas, ainda assim, os negros se revoltaram, lutaram, formaram quilombos, abortaram seus filhos, fugiram etc. Em contrapartida, os senhores de escravos inventaram cada vez mais castigos e “um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país.” (SCHWARCZ, 2019, p. 29)

Schwarcz ainda relembra um sábio dito popular que circulou pelas ruas do Rio

Janeiro logo após a abolição da escravidão: “A liberdade é negra, mas a igualdade é branca.” E salienta que os brasileiros ainda são perseguidos por esse passado e, por mais que alguns de nós tentem expulsar esse fantasma, ele continua a nos assombrar.

Silvio Luiz de Almeida é advogado, filósofo e professor. É considerado um dos intelectuais brasileiros mais importantes e é bastante reconhecido como um grande especialista acerca da questão racial no Brasil. Recentemente, publicou um livro para a coleção *Feminismos Plurais*, coordenada pela pesquisadora e escritora Djamila Ribeiro, outro importante nome do movimento antirracista no país. Intitulado *Racismo Estrutural*, seu livro explana os diferentes tipos de racismo e dá foco ao amplo alcance que essa questão tem no Brasil.

Logo no início de seu texto, o autor já apresenta sua tese central que é a de que

[...] *o racismo é sempre estrutural*, ou seja, [...] que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2021, p. 20).

Mostrar um povo como uma coisa, ou seja, toda vez que formos falar daquele povo falarmos somente como aquela coisa, o torna aquela coisa. Chimamanda Adiche diz que é assim que se cria uma história única e que essa “história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (2019, p. 26). O povo africano, os negros que foram trazidos à força como escravos, não nasceu escravo, não era naturalmente escravo. Djamila Ribeiro nos conta um relato significativo de como cresceu acreditando nisso:

Quando criança, fui ensinada que a população negra havia sido escrava e ponto, como se não tivesse existido uma vida anterior nas regiões de onde essas pessoas foram tiradas à força. Disseram-me que a população negra era passiva e que “aceitou” a escravidão sem resistência. Também me contaram que a princesa Isabel havia sido sua grande redentora. No entanto, essa era a história contada do ponto de vista dos vencedores, como diz Walter Benjamin. O que não me contaram é que o Quilombo dos Palmares, na serra da Barriga, em Alagoas, perdurou por mais de um século, e que se organizaram vários levantes como forma de resistência à escravidão, como a Revolta dos Malês e a Revolta da Chibata. Com o tempo, compreendi que a população negra havia sido *escravizada*, e não era escrava – palavra que denota que essa seria uma condição natural, ocultando que esse grupo foi colocado ali pela ação de outrem (2019, p. 7).

Esse relato é muito contundente. Muitos livros didáticos e professores de história, por exemplo, realmente não nos contam os fatos pelo ponto de vista dos escravizados. É, na maioria das vezes, o lado do colonizador que nos é apresentado: somos imersos numa *história única*. Lilia Schwarcz (2019), citando George Santayana (1905) na epígrafe da obra *Sobre o autoritarismo brasileiro*, afirma que “um povo que não conhece sua história está condenado a repeti-la.” (SCHWARCZ, 2019, p.9) Essa reflexão é essencial, pois nos permite refletir sobre como vamos enfrentar algo se somos ignorantes? Como vamos lutar contra algo que foi tão naturalizado a ponto de acreditarmos ser algo “normal”? Abdias Nascimento também tem informações que agregam fatos nessa discussão: ele diz que, em certa época, lá nos tempos da abolição, um homem de poder mandou que queimassem todos os documentos que tratavam da escravidão e do tráfico negreiro, a fim de acabar com todas as informações (NASCIMENTO, 2016).

Por ser naturalizado, esse tipo de violência se torna comum. Ainda que uma pessoa branca tenha atributos positivos – por exemplo, que seja gentil com pessoas negras –, ela não só se beneficia da estrutura racista como muitas vezes, mesmo sem perceber, compactua com a violência racial (RIBEIRO, 2019, p. 25).

O pensamento predominante das ciências humanas no início do século XX propunha que os seres humanos fariam parte de diferentes classificações e que isso serviria como uma das tecnologias do colonialismo europeu para que conseguissem submeter e destruir as populações de outros continentes. Associavam os seres humanos de determinadas culturas a animais, e isso é algo que endossa o racismo e o processo de desumanização até os dias de hoje. E embora a antropologia e a biologia já tenham demonstrado há muito tempo que “[...] não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos” (ALMEIDA, 2021, p. 31) a noção de raça ainda é usada para naturalizar desigualdades.

Silvio Almeida também ressalta que pensar o racismo como estrutural não tira a responsabilidade individual e não serve como um alibi para as práticas racistas. Ao contrário disso, se presenciamos um ato de racismo considerado “normal”, devemos nos manifestar para não sermos também responsáveis pela manutenção dessa estrutura (ALMEIDA, 2021).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2018, 56% das pessoas se autodeclararam negras. Apesar de essas pessoas serem a maioria da população brasileira, quantos autores negros as pessoas que cursaram a faculdade leram ou tiveram acesso durante a graduação? Quantos professores negros tiveram? Quantos jornalistas negros existem nas principais redações do país, ou até mesmo nas mídias ditas alternativas? E isso falando de ambos os sexos. “Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse certos espaços.” (RIBEIRO, 2021, p. 63)

Djamila ainda nos apresenta os estudos de Patricia Hill Collins, que dizem que as condições sociais acontecem em grupos e não individualmente:

(...) quando falamos de pontos de partida, não estamos falando de experiências de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania. Seria, principalmente, um debate estrutural. Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades (RIBEIRO, 2021, p. 60).

Estamos muito mais acostumados a ver as pessoas negras nas funções de serviço do que em posições e cargos de poder. Existem algumas “explicações” dadas pela sociedade para essa questão racial nos empregos. De acordo com Almeida, são elas:

1. Pessoas negras são menos aptas para a vida acadêmica e para a advocacia;
2. Pessoas negras, como todas as outras pessoas, são afetadas por suas escolhas individuais, e sua condição racial nada tem a ver com a situação socioeconômica;
3. Pessoas negras, por fatores históricos, têm menos acesso à educação e, por isso, estão alocadas em trabalhos menos qualificados, os quais, conseqüentemente, são mal remunerados;
4. Pessoas negras estão sob o domínio de uma supremacia branca politicamente construída e que está presente em todos os espaços de poder e de prestígio social (ALMEIDA, 2021, p. 61).

As duas primeiras são racistas, como o próprio autor diz. O racismo está embutido no imaginário social e é reforçado, o tempo todo, pela mídia e pela própria escola. As novelas brasileiras, por exemplo. Depois de passar uma vida assistindo na televisão a que as mulheres negras “têm uma vocação natural para o trabalho doméstico” (ALMEIDA, 2021, p. 65), que os homens negros são criminosos e que os

brancos são líderes natos, o telespectador acaba se convencendo de que tudo isso é a verdadeira realidade. E a escola reforça ainda mais isso quando apresenta um mundo no qual os negros não participam efetivamente, não contribuem para a história, para a literatura ou para a ciência, por exemplo, os resumindo a um povo que só tem a agradecer aos brancos por concederem sua liberdade.

Lilia Schwarcz (2019) nos lembra de alguns fatos que aconteceram não muito tempo atrás que constata essas afirmações de Silvio Almeida e Djamila Ribeiro sobre o racismo ser estrutural, afetar um grupo todo e não apenas “indivíduos individuais”. Além do caso de Marielle, a autora recorda o assassinato de Matheus Melo Castro, que tinha apenas 23 anos quando voltava para casa em sua moto depois de uma reunião na Igreja. Ele era auxiliar do pastor, trabalhava como agente da coleta seletiva, comprou a moto, honestamente, com o dinheiro do seu trabalho, e às 22 horas do dia 12 de Março de 2018 foi baleado por policiais militares que patrulhavam a avenida na qual ele passava. Algumas pessoas que estavam por ali e viram o acontecido tentaram socorrê-lo e o levaram até a Unidade de Pronto Atendimento mais próxima, mas ele acabou falecendo. “Matheus era membro da comunidade religiosa local, trabalhava regularmente, e nem assim conseguiu escapar das estatísticas que mostram como as mortes de jovens negros são ‘epidêmicas’ no país”, diz a autora. Assim como a mãe de Matheus, muitas mães de jovens negros rezam muito para que seus filhos voltem com vida quando saem para ir à igreja, para trabalhar ou para estudar. Elas chegam a pagar uma espécie de “carnê-enterro” porque têm medo de não ter condições de dar um sepultamento digno para seus filhos de repente (SCHWARCZ, 2019, p. 180).

Para finalizar este capítulo, trago ainda mais algumas falas de Silvio Almeida, que diz com propriedade que “[...] o racismo é, sobretudo, uma relação de poder que se manifesta em circunstâncias históricas” (2021, p. 86). Ele coloca o Estado em duas posições, sem chance de uma terceira opção: ou o Estado é racista, como foi o caso da Alemanha nazista, por exemplo, ou o Estado é racial: determina estruturalmente a sociedade pela classificação das raças. A sociedade contemporânea tem em sua composição o tráfico, a escravidão, o colonialismo e as ideias racistas. Mas, graças aos avanços que as pessoas discriminadas têm conseguido alcançar nos últimos tempos, há também as práticas de resistência e as ideias antirracistas que os intelectuais negros e indígenas formulam.

Portanto, “[...] não é o racismo estranho à formação social de qualquer Estado capitalista, mas um fator estrutural, que organiza as relações políticas e econômicas”,

[...] a inserção dos indivíduos em cada uma destas condições formatadas pela sociabilidade capitalista depende de um complexo jogo que mescla o uso da força e a reprodução da ideologia a fim de realizar a domesticação dos corpos entregues indistintamente ao trabalho abstrato. O racismo é um elemento deste jogo: será por isso que parte da sociedade não verá qualquer anormalidade na maioria das pessoas negras ganharem salários menores, submeterem-se aos trabalhos mais degradantes, não estarem nas universidades importantes, não ocuparem cargos de direção, residirem nas áreas periféricas nas cidades e serem com frequência assassinadas pelas forças do Estado (ALMEIDA, 2021, p. 181).

As marcas que o colonialismo e a escravidão deixaram são responsáveis pelo racismo. Mesmo depois que os regimes escravistas acabaram oficialmente, esses padrões mentais e institucionais de racismo, autoritários e violentos, permanecem como num resquício da escravidão. A “[...] diversidade não basta, é preciso igualdade. Não existe nem nunca existirá respeito às diferenças em um mundo em que pessoas morrem de fome ou são assassinadas pela cor da pele” (ALMEIDA, 2021, p. 190).

2. De que maneira o racismo estrutural aparece na Instituição Literatura?

Segundo Antonio Candido (2015), até meados do século XIX, a Literatura Brasileira não tinha uma identidade própria. Nossos autores calcavam sua escrita na tradicional escrita clássica europeia e seguíamos a mesma linha dessas “grandes obras”. Foi só a partir do Romantismo que se consolidou a ideia do que seria fazer uma literatura brasileira de fato, quando os elementos do ideário brasileiro, como a natureza e o indígena, foram inseridos como elementos constitucionais do texto e não só como tema. Esse foi o início de um longo caminho que a literatura vem percorrendo para se tornar livre de preconceitos e racismo.

Esse período de discussão e de formação do que seria o cânone literário brasileiro revelou um drama interno: queríamos uma literatura que fosse brasileira, mas continuamos legitimando apenas a escrita produzida por sujeitos sociais privilegiados, acentuando “[...] no plano da cultura os abismos de natureza política e econômica vigentes no país”, como diz Edimilson Pereira (2022, p. 03):

[...] no tocante às heranças culturais africanas e afrodescendentes, elas sofreram no campo literário a reiteração dos mecanismos de marginalização impostos aos africanos escravizados e aos seus descendentes. Nesse contexto, pode-se falar de uma dupla recusa às produções literárias de procedência afrodescendente no Brasil: a primeira relacionada ao desinteresse pelas poéticas de base oral; e, a segunda, à rejeição do discurso dos autores e autoras que se auto definiram como negros para denunciar as injustiças sociais.

Ou seja, num país onde mais da metade da população é descendente de africanos e fala uma língua diferente da matriz portuguesa porque tivemos várias contribuições dos idiomas africanos e indígenas na formação da nossa própria língua, a literatura que provém desse povo é barrada, transformada ou até mesmo tida como inexistente.

A identidade da Literatura Brasileira está ligada a uma tradição fragmentada, característica de tudo o que passou pelo processo de colonização. “Os primeiros autores que pensaram e escreveram sobre o Brasil possuíam formação europeia; e mesmo aqueles que se esforçaram por exprimir uma visão de mundo a partir de experiências locais tiveram de fazê-lo na língua herdada do colonizador” (PEREIRA, 2022, p. 1). Foi no século XIX que os autores do nosso Romantismo tentaram encontrar os símbolos para essa identidade nacional, mas eles estabeleceram relações entre indianismo e nacionalidade como se essa fosse a personificação da alma brasileira, veiculando mais uma vez o preconceito ao subtrair a presença negra da população nacional.

Autores como Luís Gama (1830-1882), Lima Barreto (1881-1922) e Maria Firmina dos Reis (1825-1917), dentre outros, são conhecidos como “[...] vozes precursoras de um discurso literário no qual as demandas de um ‘sujeito negro’ estão impressas de maneira mais evidente” (PEREIRA, 2022, p. 7).

Esse discurso poético negro surgiu para romper um sistema literário que só reconhecia a voz branca como a única autorizada, como se essa fosse a voz autêntica da escrita e da arte. Até então, o negro só escrevia se não questionasse essa legitimidade e apagasse sua condição de negro. Luís Gama é tão importante porque começou a desestabilizar esse sistema, instaurando um eu poético que assumiu sua condição de negro e, conseqüentemente, revelava indiretamente o sistema branco que havia, e, mesmo que um pouco menos intenso, ainda há, por trás do discurso literário. De acordo com Cortazzo,

[...] a voz negra não é uma voz isolada, individual, intimista, única e privilegiada como propõe a estética ocidental. O eu negro aparece profundamente vinculado à sua comunidade, a um nós. Não é a musa que fala através dele, nem o gênio da sua pessoa: é a voz da sua gente, do seu povo que o leva até a voz dos ancestrais, identificando-se assim com uma história específica e uma situação social de hostilidade e negação (2018, p. 1).

Muitas vezes ausente, representando os personagens coadjuvantes ou em estereótipos, o povo negro vem ocupando lugar secundário na produção literária brasileira. De acordo com uma pesquisa do Grupo de Estudos de Literatura Contemporânea da Universidade de Brasília, entre os anos de 1965 e 2014, 70% das obras publicadas por grandes editoras brasileiras foram escritas por homens, dos quais 90% são brancos e pelo menos a metade deles é de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Os próprios personagens retratados se aproximam da realidade desses autores: 60% das obras são protagonizadas por homens, sendo 80% deles brancos e 90% heterossexuais. Ainda de acordo com a mesma pesquisa, entre 2004 e 2014, apenas 2,5% dos autores publicados não eram brancos e apenas 6,9% dos personagens retratados eram negros. Em apenas 4,5% das histórias, eles aparecem como protagonistas. Entre 1990 e 2014, as cinco principais ocupações dos personagens negros nas obras analisadas eram: bandido, empregado doméstico, escravo, profissional do sexo e dona de casa.

Mesmo que alguns autores tenham começado a quebrar o sistema, ainda encontramos o negro muito mais como tema do que como voz autoral, porque todo o cânone da nossa literatura é composto por esse tipo de obra. A maioria das produções literárias brasileiras retrata as personagens negras a partir de pontos de vista que evidenciam estereótipos da estética branca dominante.

A professora Luiza Brandino vai nos apresentar esses estereótipos em quatro categorias: o escravo nobre, o negro vítima, o negro infantilizado e o negro animalizado. O escravo nobre é aquele que é fiel, submisso e supera todas as humilhações, vencendo a crueldade dos senhores, como quando a escrava Isaura, do romance de Bernardo Guimarães de 1872, reconhece que seus senhores são bons por lhe terem dado educação. O negro vítima é aquele criado para exaltar o projeto abolicionista, retratado também como subserviente, vítima de um sistema desumano.

É o caso de textos que trazem a morte como única chance de libertação do negro escravizado, por exemplo. O negro infantilizado é o típico servo incapaz, como a Tia Nastácia, por exemplo, da obra de Monteiro Lobato, que é a empregada doméstica de uma família branca cujas histórias são sempre desqualificadas pelas outras personagens. Por fim, o negro animalizado é aquele hiper sexualizado, pervertido etc., como no conhecido romance naturalista *O bom crioulo*, de Adolfo Caminha, como a objetificação da mulher negra, por exemplo, no também naturalista *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. Além dessas categorias, vale ressaltar que, muitas vezes, os personagens negros também são os malandros, os bêbados, viciados, ou até mesmo os “macumbeiros”.

A literatura contemporânea reflete, nas suas ausências, talvez ainda mais do que naquilo que expressa, algumas das características centrais da sociedade brasileira. É o caso da população negra, que séculos de racismo estrutural afastam dos espaços de poder e de produção de discurso. Na literatura, não é diferente. São poucos os autores negros e poucas, também, as personagens (DALCASTAGNÈ, 2008, p. 1).

Regina Dalcastagnè apresenta dados e estatísticas que comprovam esses argumentos. Ela diz que “a personagem do romance brasileiro é branca” (2008, p. 4) e que a presença de personagens negras é ainda mais reduzida quando se trata de protagonistas e, principalmente, de narradores: os negros são 7,9% das personagens, mas apenas 5,8% dos protagonistas e 2,7% dos narradores. Essas personagens negras são ainda, na maioria das vezes, crianças e jovens, poucas são as personagens negras de idade adulta ou da terceira idade, ou seja, essas personagens não são acompanhadas por um longo período de suas vidas como vemos muitas personagens brancas serem. Além disso, as personagens negras são frequentemente retratadas como dependentes químicos, criminosos, empregadas domésticas e profissionais do sexo, enquanto as personagens brancas raramente são retratadas nas mesmas situações (DALCASTAGNÈ, 2008).

As obras dos precursores indicam o vagaroso processo de superação da condição desumana a que estavam submetidos os negros pelos povos que os consideravam assim. Da autobiografia à oratória, ao poema, ao drama, à ficção, o negro sempre falou. Mas ainda é necessário ampliar a visibilidade e aprofundar a reflexão a respeito dessa escritura dos afro-brasileiros, tanto no passado quanto no presente. “A omissão da maioria desses autores é comum nas obras de crítica e

historiografia literárias, responsáveis pela institucionalização do cânone” (DUARTE, 2022, p. 5). Ao fazermos uma pequena consulta nessas obras, podemos notar a ausência de nomes como os dos citados Luís Gama ou Maria Firmino dos Reis na maioria dos manuais de história da literatura brasileira. Outra curiosidade é que, quando inseridos, alguns escritores como Machado de Assis ou Cruz e Souza, os textos são isolados da situação histórica e social que envolve sua produção, ou seja, podem ter se passado mais de 100 anos da morte de Machado, ainda há intelectuais brasileiros que o consideram não somente um escritor branco, mas também um cidadão omissivo enquanto sujeito étnico e se inquietam quando estudiosos estrangeiros se referem a ele como afro-brasileiro (DUARTE, 2022).

Esse cenário começou a mudar, principalmente, a partir da década de 1960 com os movimentos sociais organizados por negros e negras, que foram ficando mais fortes. Muitos autores e autoras estiveram engajados em retomar o ponto de vista do negro, desconsiderado constantemente pela literatura brasileira. Esse processo envolve resgatar a ancestralidade e a identidade negras, assim como a denúncia das opressões. Porém, essa produção literária ainda encontra desafios para ser inserida no cânone e é incessantemente proscrita à marginalidade.

Eduardo de Assis Duarte ressalta que, desde a década de 1980,

[...] a produção de escritores que assumem seu pertencimento enquanto sujeitos vinculados a uma etnicidade afrodescendente cresce em volume e começa a ocupar espaço na cena cultural, ao mesmo tempo em que as demandas do movimento negro se ampliam e adquirem visibilidade institucional. Desde então, cresce da mesma forma, mas não na mesma intensidade, a reflexão acadêmica voltada para esses escritos, que, ao longo do século XX, foram objeto quase que exclusivo de pesquisadores estrangeiros como Bastide, Sayers, Rabassa e Brookshaw, entre outros (2022, p. 1).

Muitos trabalhos de poetas e prosadores contribuíram para que essa produção começasse a assumir esse papel na instituição literária. Organizações como o *Quilombhoje* e a série *Cadernos Negros*, que ultrapassou três décadas de publicação sem interrupções. Obras começaram a ser publicadas por grandes editoras e a ganhar prêmios não só no Brasil como no mundo.

Duarte ainda vai lembrar que a publicação dos *Cadernos* “[...] contribui muito para a configuração discursiva de um conceito de literatura negra” (2022, p. 2). Marcada predominantemente pelo protesto contra o racismo, a série vem mantendo,

desde 1978, uma produção que ressalta o tema do negro enquanto individualidade e coletividade, inserção social e memória cultural. Decorrente desse processo, aparecem nos textos o subúrbio, a favela, a crítica ao branqueamento e ao preconceito, a marginalidade, a prisão etc. (DUARTE, 2022).

A afirmação de um sujeito enunciator negro, a denúncia da violência e da exclusão social, a valorização das heranças afrodescendentes, a reapropriação positiva de símbolos associados negativamente aos negros e o reconhecimento das figuras heroicas negras são algumas linhas de força que Pereira (2022) destaca como uma cartografia temática da Literatura Negra e/ou Afro-brasileira.

Personagens como Di Lixão, Ana Davenga, Natalina, Duzu-Querença e Maria, dos contos de Conceição Evaristo, são figuras retratadas a partir desse ponto de vista de dentro das periferias, fazendo uma reflexão sobre esse lugar e sobre o que significa ser brasileiro na margem. Cidinha da Silva, outra autora negra da contemporaneidade, traz muitas referências das religiões de matriz africana, do Candomblé e da Umbanda, misturadas a outras referências populares, como a televisão e a vida comum.

Em outro texto, Duarte (2022) evidencia a quase completa ausência de uma história estabelecida e consolidada para a literatura afro-brasileira, tanto no passado quanto no presente, em decorrência do número ainda insuficiente de estudos e pesquisas a respeito dessa situação, apesar do esforço que cresce nessa direção. Não existe uma grande recepção crítica, nem debates regulares nos fóruns específicos da área de Letras ou até mesmo a inserção da disciplina Literatura Afro-brasileira nos currículos de graduação e de pós-graduação da maioria dos cursos de Letras instalados no país. “Como consequência, mantém-se intacta a cortina de silêncio que leva ao desconhecimento público e vitima a maior parte dos escritores em questão” (DUARTE, 2022, p. 1).

Gostaria de finalizar este capítulo com um trecho do romance *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, publicado em 2019 e vencedor dos prêmios Jabuti e Oceanos, que mostra uma das protagonistas, Bibiana, numa fala aos seus vizinhos e parentes frente ao dono da fazenda onde sua família morou a vida inteira, depois que seu marido Severo foi assassinado:

Todos sabem o que Severo fez por Água Negra. Chegou aqui muito pequeno, fomos morar fora para arranjar a vida, porque aqui as coisas foram ficando difíceis. Mas tinha gosto e respeito por vocês. Tinha consciência de nossa

história. Sabia o que nosso povo tinha sofrido desde antes de Água Negra. Desde muito tempo. Desde os dez mil escravos que o coronel Horácio de Matos usou para encontrar diamante e guerrear com seus inimigos. Quando deram a liberdade aos negros, nosso abandono continuou. O povo vagueou de terra em terra pedindo abrigo, passando fome, se sujeitando a trabalhar por nada. Se sujeitando a trabalhar por morada. A mesma escravidão de antes fantasiada de liberdade. Mas que liberdade? Não podíamos construir casa de alvenaria, não podíamos botar a roça que queríamos. Levavam o que podiam do nosso trabalho. Trabalhávamos de domingo a domingo sem receber um centavo. O tempo que sobrava era para cuidar de nossas roças, porque senão não comíamos. Era homem na roça do senhor e mulher e filhos na roça de casa, nos quintais, para não morrerem de fome. Os homens foram se esgotando, morrendo de exaustão, cheios de problemas de saúde quando ficaram velhos. (...) Mas não vamos desistir. Essa semente que Severo plantou por nossa liberdade e por nossos direitos não irá morrer. Foi um que se foi. Meu companheiro e pai dos meus filhos. Mas somos muitos ainda nessa fazenda. Foi embora um fruto, mas a árvore ficou. E suas raízes são muito fundas para tentarem arrancar. A mentira de que ele cuidava de plantio de maconha não ficará de pé. Nós sabemos quem planta. Nós moramos na periferia da cidade, e lá os policiais usavam a mesma desculpa de drogas para entrar nas casas, matando o povo preto. Não precisa nem ser julgado nos tribunais, a polícia tem licença para matar e dizer que foi troca de tiro. Nós sabíamos que não era troca de tiros. Que era extermínio. (...) Mas não irão nos dobrar. Não deixaremos Água Negra.” (JUNIOR, 2019, p. 220-222)

Essa fala de Bibiana representa toda a luta dos povos negros no Brasil, desde a colonização até os dias atuais. Essa racismo estrutural que impregna nossa sociedade impede que eles tenham voz na literatura, nas artes em geral, nos cargos de poder, na vida. Assim como Bibiana lutou para que sua família não entregasse a terra que tanto cuidavam para “seu senhor”, o autor luta para que a história, a literatura e a voz do povo afro-brasileiro sejam ouvidas, vistas e valorizadas.

3. O livro *Iniciação à literatura Brasileira*.

Antonio Candido de Mello e Souza foi sociólogo, crítico literário, ensaísta e professor brasileiro. Nasceu no Rio de Janeiro, em 1918, e faleceu em São Paulo, em 2017. Seu grande objetivo foi interpretar o Brasil a partir da literatura. Ele se propôs a pensar as linhas que guiaram a formação da nossa cultura: “[...] aqueles elementos capazes de explicar as principais características da sociedade brasileira” (ALMEIDA e PINTO, 2017, p. 5). Ou seja, ele imergiu nas obras literárias para investigar as “sociedades internas” dos romances.

Esse estudo o fez perceber que existe uma tensão dialética que norteia a maioria das obras literárias brasileiras do início da nossa literatura: ao mesmo tempo

em que buscavam uma escrita local, se baseavam em moldes que vinham da tradição europeia, como naquela busca dos escritores árcades, que pretendiam construir a ideia de nação por meio da literatura. Assim também aconteceu durante o Romantismo, a atividade literária tentava salientar a construção de um país livre depois da independência declarada. Essa dialética não acontecia somente na literatura, mas na sociedade e na cultura brasileiras de um modo geral. Por mais que nosso país se encontrasse formalmente independente, ainda dependíamos dos europeus, política e economicamente.

O texto escolhido para essa pesquisa é o *Iniciação à Literatura Brasileira*, publicado pela primeira vez em 1997.

A sociedade colonial brasileira não foi, portanto, como teria preferido certa imaginação romântica nacionalista, um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas. Foi transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contacto entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada. Assim, a literatura não “nasceu” aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova (CANDIDO, 2015, p. 12).

Para Candido, a literatura brasileira é uma continuação da literatura portuguesa, que veio, junto com a realeza, de Portugal, sendo também uma ferramenta de colonização e de dominação, o que pode ter contribuído para a ideia de que a literatura é algo “ruim” e “chato”, o que se mantém até hoje, se analisarmos como o ensino de literatura nas escolas é algo enfadonho.

“No país primitivo, povoado por indígenas na Idade da Pedra, foram implantados a ode e o soneto, o tratado moral e a epístola erudita, o sermão e a crônica dos fatos” (CANDIDO, 2015, p.13). O autor ainda reforça que a literatura e sua história no Brasil foram uma imposição cultural que serviu também como forma de impor e de manter a ordem política e social, incutir os valores cristãos e sua celebração, corroborando não só a presença de Deus e do rei, mas também o monopólio da língua.

Antes de adentrarmos nos capítulos do livro, cabe aqui dizer que o autor só considerava literário aquilo que fazia parte do que chamava de “sistema”, a tríade autor-leitor-meio de publicação. Ou seja, aquilo que era físico, impresso, publicado e lido. Por isso, ele separou a literatura brasileira em três etapas: a era das

manifestações literárias, que foi do século XVI até meados do século XVIII, a era da *configuração do sistema literário*, do meio do século XVIII até metade do século XIX e a era do *sistema literário consolidado*, de meados do século XIX até os dias atuais.

3.1 Manifestações literárias

De acordo com Antonio Candido, dois foram os momentos decisivos da formação da literatura brasileira: o Arcadismo e o Romantismo. Antes disso, as condições que existiam não eram suficientes para caracterizar a produção que havia no país como um sistema. “As composições eram esparsas, o público leitor era escasso e, sobretudo, não havia a constituição de um denominador comum capaz de criar uma tradição entre os autores” (ALMEIDA e PINTO, 2017, p.8). O que havia é o que o autor chama de *manifestações literárias*.

Momento que vai do século XVI até meados do século XVIII, são desse período os escritos de José de Anchieta, o “patriarca da nossa literatura”, segundo Candido (2015, p.18). O sacerdote jesuíta é responsável pelo primeiro livro produzido no Brasil e é considerado um dos raros a compor textos literários em quatro línguas: português, espanhol, latim e tupi, e muitas vezes as mesclava num mesmo texto. Escreveu poemas e atos teatrais de cunho religioso, sempre com a intenção de tornar a fé católica acessível ao povo.

Foi também nesse período, mais precisamente no século XVII, que surgiram outras duas figuras importantes para a literatura brasileira: Antônio Vieira e Gregório de Matos. O autor faz uma breve apresentação de quem é cada um deles e qual sua colaboração para as manifestações literárias.

Antônio Vieira (1608-1697), mais conhecido como Padre Antônio Vieira, nasceu em Portugal, mas veio muito novo para o Brasil. Era jesuíta e catequizador, mas, ao contrário de Anchieta, era “[...] um homem do mundo, ambicioso e aventureiro, cuja verdadeira vocação foi a política, tendência aliás frequente na sua Ordem” (CANDIDO, 2015, p.25). Também como escritor se difere de Anchieta, pois não se preocupou em se ajustar à mente do povo e dos índios. Em vez disso, impôs sua oratória fulgurante por meio de seus famosos sermões.

Gregório de Matos (1636-1696) era formado em leis, viveu boa parte de sua vida na metrópole, enquanto estudava, depois voltou para sua terra natal, a Bahia, onde foi perseguido pela Inquisição, preso e mandado ao exílio na África por ter criticado diversos aspectos da sociedade, do governo e da Igreja Católica. É justamente essa característica de denúncia que faz de seus textos algo tão importante. Segundo Candido,

[...] através desse rebelde apaixonado transparece a irregularidade do mundo brasileiro de então, com a sociedade onde o branco brutalizava o índio e o negro, as autoridades prevaricavam, os clérigos pecavam a valer e a virtude parecia às vezes uma farsa difícil de representar (2015, p.28).

O autor finaliza essa primeira parte, ressaltando a função que o Barroco exerceu como suporte para a “ideologia do nativismo”, ou seja, a constituição do sentimento de respeito e admiração pelo país.

3.2 A configuração do sistema literário

A partir da metade do século XVIII começa a surgir um rascunho da literatura como um “[...] fato cultural configurado, e não apenas como produções individuais de pouca repercussão” (CANDIDO, 2015, p. 33). Os intelectuais tomaram uma consciência de grupo, o passado literário local começou a ser reconhecido e o público começou a receber melhor a literatura. “Esta foi a importância decisiva do século XVIII, cuja base é o movimento das Academias e cujo coroamento será a afirmação estratégica de autonomia no século XIX” (CANDIDO, 2015, p. 33). Outro fator importante foi a descoberta de ouro em Minas Gerais: junto do enriquecimento monetário, surgem bases que possibilitam a formação do sistema literário, que, por sua vez, resultou no enriquecimento cultural.

Neste capítulo, Antonio Candido nos traz os nomes que, segundo ele mesmo, desempenharam papel relevante ou significativo e que formaram o primeiro grande grupo de brasileiros capazes de se igualarem aos portugueses. Começa com Santa Rita Durão e Basílio da Gama, que trazem, em seus respectivos textos, *Caramuru* e *Uraguai*, uma nova maneira de ver o confronto entre os colonizadores e os indígenas, na qual se destaca o choque das culturas. Mas, enquanto Basílio fez um poema inovador, que embora pequeno é carregado de modernidade para aquele tempo,

Durão continuou apegado ao modelo tradicional d'Os *Lusíadas*, de Camões. Os dois autores tomaram o índio como personagem e esse ia se tornando cada vez mais um símbolo da pátria.

Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Alvarenga Peixoto (1744-1793), Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), Cruz e Silva (1731-1799), Silva Alvarenga (1749-1814), Francisco de Melo Franco (1757-1823) e Souza Caldas (1762-1814) são alguns dos nomes que também aparecem nessa primeira parte da configuração do sistema literário, segundo Candido. A natureza é transformada em personagens mitológicos, o que consagra, de certa forma, a realidade do país perante a moda literária do Ocidente. A realidade da região mineira aparece, mas agora com feição realista, voltada para o cotidiano e para a consciência do eu. O apoio à reforma universitária e a adesão das ideias de Rousseau foram alguns acontecimentos que esses autores trouxeram para a sua literatura e, conseqüentemente, para a sociedade brasileira.

Até que, em 1808, a Família Real Portuguesa veio para o Brasil, acelerando o ritmo de progresso, inclusive intelectual, do país. Um exemplo apontado por Candido é o começo da tipografia. Só nesse momento os livros passaram a ser impressos. Pouco tempo depois, em 1822, a Independência do Brasil foi proclamada e a literatura adquiriu novas nuances com a poesia patriótica, o ensaio político, o sermão nacionalista, “[...] fazendo dessa fase entre o fim do século XVIII e o advento do Romantismo, nos anos de 1830, um momento de intensa participação ideológica das letras” (CANDIDO, 2015, p. 42).

Junto com o desenvolvimento da consciência de que a literatura brasileira era, ou devia ser, diferente da portuguesa porque o critério de nacionalidade se tornou mais importante que as considerações estéticas, o autor francês Ferdinand Denis escreveu o primeiro texto que reconhece uma literatura brasileira particular. “Um país independente possui uma literatura independente” (CANDIDO, 2015, p. 44).

Assim, surgem os precursores do nosso Romantismo. Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Martins Pena (1815-1848), Gonçalves Dias (1823-1864), José de Alencar (1829-1877), Casimiro de Abreu (1839-1860), Álvares de Azevedo (1831-1852), Junqueira Freire (1832-1855), Fagundes Varela (1841-1875), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), Manuel Antônio de Almeida (1831-1861), Bernardo

Guimarães (1825-1884), Castro Alves (1847-1871), Franklin Távora (1842-1888), Visconde de Taunay (1843-1899), Joaquim Nabuco (1849-1910) e Machado de Assis (1839-1908) são os autores que Candido destaca como parte dessa nova fase da literatura brasileira que começava a se formar como sistema.

Essa nova fase começou com alguns jovens que estavam estudando em Paris e fundaram, em 1836, a revista *Niterói*. Um deles era Gonçalves de Magalhães, que escreveu um manifesto abandonando a mitologia clássica e os modelos portugueses: ele propôs o índio como tema nacional, a emoção religiosa como critério e o sentimentalismo como tom. Estava começando o nosso Romantismo.

Entre Arcadismo e Romantismo, há uma ruptura estética evidente, mas há também continuidade histórica, pois ambos são momentos solidários na formação do *sistema literário* e no desejo de ver uma produção regular funcionando na pátria. Significativamente, os românticos consideravam seus precursores os poetas clássicos da segunda metade do século XVIII e começo do século XIX que versavam temas indígenas e religiosos (CANDIDO, 2015, p. 44).

Na década de 1840, apareceu o romance, gênero que teve grandes resultados. Ao mesmo tempo, progrediu o maior autor de textos cômicos, especialmente para o teatro brasileiro, Martins Pena. Os dois fatos engrandecem o panorama literário, “[...] quebrando pela sua tendência realista, o sentimentalismo e a idealização romântica que, entretanto, se manifestariam também no teatro e na narrativa, apesar de terem na poesia a sua sede principal” (CANDIDO, 2015, p. 48).

Para Candido (2015), na perspectiva de hoje, o primeiro poeta romântico de valor é Gonçalves Dias, que é o único indianista de interesse na nossa poesia. Ele foi, também, estudioso da etnografia e das línguas indígenas, além de teatrólogo. O indianismo passou a tratar de uma transfiguração do indígena, que nos séculos anteriores tinha sido apenas descrito, nem sempre com tolerância e algumas vezes até satirizado. No Romantismo brasileiro, o assimilam ao cavaleiro medieval, embelezando os seus costumes, com um comportamento requintado emprestado e uma nobreza suprema de sentimentos.

No entanto, esteticamente, o indianismo foi bem fraco e se desgastou no tempo perdurando apenas em uma geração. A produção está esquecida, salvo alguns poemas de Gonçalves Dias e algumas narrativas de José de Alencar. “O indianismo

foi um fenômeno de adolescência nacionalista na literatura brasileira” (CANDIDO, 2015, p. 51).

Muito importante como ambiente que estimulava a produção e, ao mesmo tempo, fornecia o primeiro nível de receptividade, crítica e afetiva, foram as faculdades. Os estudantes constituíam um público literário privilegiado em uma “caixa de ressonância” para a literatura. Típico desse mundo juvenil foi o poeta Álvares de Azevedo. Em sua obra, o espírito crítico se sobressai, e o intuito de criar a contradição e o choque de tonalidades próprios do romantismo fica muito claro.

O modo sentimental e intimista, muitas vezes repleto de pessimismo, mais ou menos satânico, é um tom geral nesse tempo entre os poetas jovens. Muitos deles morriam na quadra dos 20 anos e isso os tornou populares numa sociedade de emoções fáceis. Casimiro de Abreu, por exemplo, alcançou, para Candido, uma espécie de perfeição na banalidade e se tornou predileto das leitoras. Outros são mais ásperos, como Junqueira Freire, em cuja obra irregular de frade revoltado há alguns momentos de dolorosa emoção. Esses poetas muito jovens, “[...] que se apresentavam como rejeitados pelas convenções e incompreendidos pela sociedade [...]” (CANDIDO, 2015, p. 54), foram, em contrapartida, os mais queridos e veiculados no Brasil do século XIX.

Fagundes Varela era um pouco mais jovem e viveu por um pouco mais de tempo, e foi, segundo Candido, o último dos poetas ultrarromânticos de algum valor.

Uma característica de sua poesia é a oposição entre o universo do campo e o da cidade, que naquela altura do século já começava a crescer de importância. Outros traços dele são o que se poderia chamar de patriotismo continental, abrangendo a América, e o começo da poesia de solidariedade em relação aos escravos (2015, p. 54).

A tendência e a popularidade do romance, por volta dos anos de 1850 e 1860, “[...] serviu de instrumento para revelar o país através da descrição de lugares e modos de vida” (CANDIDO, 2015, p. 55). Como num romance de costumes, a obra de Joaquim Manuel de Macedo, *A Moreninha* (1844), por exemplo, se tornou verdadeiro padrão para os escritores mais jovens e deu ao gênero uma dignidade que consolidou seu prestígio com as narrativas ligeiras e ingênuas de amores convencionais da classe média. A obra e o destino de Manuel Antônio de Almeida foram um pouco diferentes. Ele viveu oculto e morreu cedo, não seguiu modas literárias nem foi reconhecido em vida. Somente depois de sua morte, seu único livro, *Memórias de um*

Sargento de Milícias, de 1855, passou a ser prestigiado e se tornou um dos mais lidos e queridos pelo público até os dias atuais.

houve simultaneamente a entrada em cena de uma linha persistente da ficção brasileira, o regionalismo, aplicado em descrever os lugares remotos do interior, os costumes característicos e aquilo que divergia dos padrões urbanos. Essa tendência incorreu nos vícios habituais do gênero, que são o pitoresco superficial e as conclusões bem-pensantes sobre a pureza rural oposta ao artificialismo da cidade. Mas por outro lado teve a vantagem de ser uma descrição extensiva do país, revelando muita coisa do Brasil aos brasileiros, frequentemente presos demais às novidades europeias (CANDIDO, 2015, p. 56).

Um dos representantes de maior destaque do regionalismo brasileiro da época foi Bernardo Guimarães, mas, a grande figura de ficção brasileira foi José de Alencar, que teve a pretensão de representar os diferentes aspectos do país, em diferentes épocas, por meio de suas narrativas, as quais iam em direção à liberdade da expressão brasileira em oposição às normas portuguesas. Ele flexibilizou a língua e procurou tonalidades diferentes para descrever a natureza e a sociedade, por exemplo. A vida colonial, as aventuras ligadas a episódios históricos, a vida sentimental daquele tempo, as sociedades rurais do extremo sul, do centro e do nordeste foram recorrentes em seus textos. Alencar também escreveu peças de teatro, foi jornalista e ensaísta político de ideias conservadoras.

Em seu texto, Candido coloca Castro Alves como o último poeta romântico de importância e as características da sua escrita eram a sensualidade exuberante, a força plástica, o corte humanitário da sua poesia social, a prática do jogo das antíteses e a inflação do verso pela hipérbole. Essas características faziam dele um poderoso criador de imagens. “Nele, devemos estar preparados para ver o melhor passar de repente para o pior” (CANDIDO, 2015, p. 59).

O quadro cultural do Brasil já estava bem diferente em 1870, o desenvolvimento econômico e o progresso material que já vinha acontecendo nas últimas décadas, prejudicados em parte pela guerra contra o Paraguai (1865-1870), abalou a sociedade tradicional e abriu caminho para grandes transformações.

O Rio de Janeiro foi modernizado; desenvolveu-se a viação férrea; houve sensível atualização da informação científica e filosófica; aperfeiçoou-se o ensino superior de cunho técnico; a imprensa ganhou amplitude e apareceram novas revistas de excelente nível, (...) (CANDIDO, 2015, p. 59).

Estudiosos, como Joaquim Norberto, contribuíram para o desenvolvimento dos estudos literários, que tiveram novas edições, dos escritores brasileiros antigos e contemporâneos, muitas delas contendo importantes elementos biográficos e históricos. A essa altura, já havia um público mais consistente, uma pequena tradição literária, associações e movimentos que perduravam por um período maior de tempo e editoras que imprimiam os livros aqui, ou até mesmo em Portugal ou na França. A consciência crítica começou a amadurecer, passando do nacionalismo que focava, sobretudo, em um “temário específico, para as tentativas de correlacionar a produção literária com a sociedade e avaliar as obras segundo padrões mais universais” (CANDIDO, 2015, p.60).

Candido (2015) cita dois autores desse momento de transição: Franklin Távora – defensor do regionalismo que representava uma força de resistência ao movimento mais produtivo da literatura – era natural do Nordeste, escreveu romances que se passavam no século XVIII, em Pernambuco, nos quais a ênfase regional era vista do ponto de vista da história, como se ele quisesse manifestar a dimensão completa da sua região. O outro autor é o também regionalista Alfredo d’Escragno Taunay, mais conhecido como Visconde de Taunay, do Rio de Janeiro, que tinha um estilo um pouco diferente do de Távora. Ele pendia mais para a formação cosmopolita, embora se identificasse profundamente ao país que bem conheceu como engenheiro militar, quando participou da Guerra do Paraguai. Taunay também era administrador de províncias, o que lhe dava grande visão do Brasil. O seu romance *Inocência* (1872) é talvez o melhor na produção regionalista do tempo, segundo Candido, “[...] mas ele escreveu outros, muito interessantes, sobre a vida dos grandes proprietários rurais e a alta sociedade do Rio de Janeiro (...). Na sua obra se manifesta a linha mais equilibrada de uma literatura jovem que deseja se afirmar sem perder contato com as origens super nacionais” (2015, p. 61-62).

Uma transformação cheia de modernidade colocou em xeque o idealismo romântico e as explicações religiosas, questionando a legitimidade das oligarquias e propondo explicações científicas e interpretações de cunho relativista e comparativo. Alguns intelectuais, como republicanos, abolicionistas e até os próximos do socialismo,

[...] questionaram os fundamentos tradicionais da sociedade brasileira, como a monarquia, a religião, as hierarquias do privilégio, procurando explicações nas forças do meio e da raça, considerados então fatores que permitiam

conhecer cientificamente os produtos da cultura (...) A partir daí surgiu o Naturalismo em estética e em crítica, substituindo as concepções românticas. Nesse tempo, podemos considerar como configurado e amadurecido o sistema literário do Brasil, ou seja, uma literatura que não consta mais de produções isoladas, mesmo devidas a autores eminentes, mas é atividade regular de um conjunto numeroso de escritores, exprimindo-se através de veículos que asseguram a difusão dos escritos e reconhecendo que, a despeito das influências estrangeiras normais, já podem ter como ponto de referência uma tradição local (CANDIDO, 2015, p. 64).

O autor finaliza esse capítulo sobre a configuração do sistema literário brasileiro, dizendo que o sinal desse amadurecimento é a obra de Machado de Assis, que é, para muitos, o maior escritor que o Brasil já teve até hoje. Machado era filho de um operário mulato, descendente de negros alforriados e de uma pobre lavadeira portuguesa, ou seja, reunia “[...] na sua pessoa componentes bem característicos da população brasileira do tempo” (CANDIDO, 2015, p. 64).

3.3 O sistema literário consolidado

Machado de Assis foi jornalista, poeta, comediógrafo, romancista, cronista, contista, folhetinista e crítico literário. E, de acordo com Candido, sua obra “[...] satisfaz tanto aos requintados quanto aos simples. Ela tem, sobretudo, a possibilidade de ser reinterpretada à medida que o tempo passa, porque, tendo uma dimensão profunda de universalidade, funciona como se se dirigisse a cada época que surge” (2015, p.65). Fundindo frieza e paixão, serenidade e revolta, elegância e violência numa linguagem repleta de ironia, Machado de Assis cria um texto rico e se torna o primeiro narrador brasileiro a suportar uma leitura filosófica.

Nesse tempo, também é destacado por Candido o desenvolvimento da crítica literária. Sílvio Romero (1851-1914), José Veríssimo (1857-1916) e Araripe Júnior (1848-1911) formam a “tríade” da crítica brasileira tradicional. Os três fizeram parte da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, e Machado de Assis foi seu presidente até morrer, em 1908.

Ao contrário dos críticos do tempo do Romantismo, os dessa fase tiveram que enfrentar uma realidade literária e ideológica muito mais complexa e móvel, pois a reação antirromântica desaguou numa variedade de tendências, denominadas, segundo os modelos franceses que as inspiraram, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo. Simultaneamente, desenvolveram-se em relação à sociedade brasileira pontos de vista mais críticos e realistas, expressos por um ensaísmo pouco conformista, que encontrava paralelo na visão desmistificadora e contundente dos narradores mais avançados (CANDIDO, 2015, p. 70).

Inglês de Sousa (1853-1918), expondo os conflitos morais e sociais na Amazônia, Júlio Ribeiro (1845-1890), misturando a descrição da vida do sexo à divulgação científica da época, e Adolfo Caminha (1867-1897), que escreveu o primeiro romance brasileiro centralizado pela homossexualidade – *O bom crioulo* narra a história de um homem negro e homossexual identificado como uma pessoa de bom coração, mas que sofre os preconceitos pela sua “raça” e sexualidade –, são alguns autores que Candido cita para mostrar que rumo a nossa literatura estava tomando, um rumo de obras que focalizavam com franqueza inovadora a miséria, o isolamento geográfico, a exploração econômica e a sexualidade.

“Dos muitos narradores de tendência naturalista, o mais importante foi Aluísio Azevedo (1857-1913), que era também caricaturista e jornalista” (CANDIDO, 2015, p. 71). Azevedo alcançou a maestria com o romance *O cortiço*, de 1890, e essa obra ilustra, segundo Candido, uma contribuição importante do romance naturalista, que é a ampliação do estudo da ficção por descrever e destacar essa parte da população e seus ambientes com uma lealdade realista como se estivesse rejeitando a velha tendência transfiguradora da nossa literatura. Outro autor que Candido traz dessa época é Raul Pompeia (1863-1895), autor de *O ateneu* (1888) –, história de um menino sensível num colégio interno, onde aprende sobre a vida.

No começo da década de 1880, surgem, um após o outro, o Parnasianismo e o Simbolismo.

Os parnasianos brasileiros se distinguem dos românticos pela atenuação do sentimentalismo e da melancolia, a ausência quase completa de interesse político no contexto da obra (embora não na conduta) e (como os modelos franceses) pelo cuidado da escrita, aspirando a uma expressão de tipo plástico (CANDIDO, 2015, p. 72).

Eles deram preferência aos metros de dez e doze sílabas, procuraram ritmos menos cantantes nos metros menores, restauraram o soneto, que os românticos haviam abandonado quase por completo, e apegaram-se ao rigor gramatical, restaurando muito da dicção dos clássicos, fazendo, desse modo, um retorno à tradição. Olavo Bilac (1865-1918) se destaca como parnasiano que, no começo da carreira, “[...] escreveu poemas ornamentais sobre temas gregos e romanos e depois encontrou um caminho melhor no lirismo amoroso” (CANDIDO, 2015, p. 74). Bilac se interessou pelos problemas educacionais, elaborou livros didáticos com tons de

patriotismo e acabou adotando um nacionalismo convencional. Candido coloca Alberto de Oliveira (1857-1930) e Raimundo Correia (1859-1911) como pares de Olavo Bilac e ainda cita Coelho Neto (1864-1934) e Rui Barbosa (1849-1923), sendo o último considerado o mais importante parnasiano do Brasil.

“O Simbolismo brasileiro poderia ter sido, e foi na intenção de alguns dos seus adeptos, uma contracorrente inconformista, radicalmente oposta ao formalismo triunfante dos parnasianos e dos oradores consagrados” (CANDIDO, 2015, p. 77). O gosto pela imprecisão, o vocabulário místico, a quebra da rigidez no verso e a prática do verso livre foram algumas tomadas de posição importantes dos simbolistas.

De acordo com Candido, é com Cruz e Souza (1861-1898) que costuma ser datado o início do Simbolismo brasileiro. Alphonsus de Guimaraens (1870-1921) escreveu com versos simples e musicalidade feita de tons menores, beneficiado de uma visão sonhadora das coisas e dos sentimentos. Candido diz que esses foram os únicos simbolistas que merecem destaque na nossa literatura e que o poema-figura foi bastante praticado nessa época: palavras dispostas em forma de losango, triângulo, taça etc., páginas coloridas e o esforço de usar os elementos visuais como elementos de significação.

Um crítico literário é mencionado por Candido como combatente do Parnasianismo e apoiador do Simbolismo: Nestor Victor (1868-1932), que tinha um pensamento positivista-naturalista afinado com a reação espiritualista.

Chegamos a Euclides da Cunha (1866-1909). Candido coloca *Os sertões* (1902) como uma ruptura inconformada com as tendências que predominavam no início do século XX. A narrativa do embate entre grupos rurais liderados por um messiânico e as tropas do exército, as quais converteram a repressão em guerra de extermínio, “[...] transforma a pretendida objetividade científica em testemunho indignado e lúcido, resultando em denúncia do exército e da política dominante” (CANDIDO, 2015, p. 80).

Em seguida, o autor coloca Lima Barreto (1881-1922), que contrariou as normas inculcadas com sua escrita mais simples possível, buscando o ritmo coloquial parecendo desafiar intencionalmente a gramática. Augusto dos Anjos (1884-1914) aproveitou a divulgação científica que dominava o fim do século XIX para escrever

seu único livro, *Eu* (1912). Trouxe para seus poemas o micróbio, a célula, o embrião, o escarro, a ferida, a decomposição da carne etc.

Para o autor, os primeiros anos do século XX foi um momento de grandes transformações materiais e sociais: as conferências viraram moda, houve uma multiplicação de jornais e revistas e os poetas, narradores, ensaístas, cresciam em número. “Nota-se a coexistência aparentemente insólita de um surto regionalista e da literatura de salão, elegante, por vezes frívola, imitando as modas francesas e sofrendo influências de Oscar Wilde , D’Annunzio e outros” (CANDIDO, 2015, p. 82).

Desses escritores sociáveis, Candido menciona Afrânio Peixoto (1876-1947), romancista de vários temas, ensaísta e divulgador a quem se deve a introdução do conceito de Pré-romantismo em nossa crítica, além de estudos interessantes de literatura comparada.

O regionalismo a que aludo entrou em voga nos anos de 1890 através do conto e teve até 1920 um momento de êxito avassalador, que no fundo afinava com a literatura mundana. Como esta, era superficial e meio leviano, pois se baseava no interesse elitista pelo homem do campo, visto à maneira de um objeto pitoresco e caricatural, podendo nos cultores menores chegar a uma vulgaridade folclórica ao mesmo tempo tola e degradante (CANDIDO, 2015, p. 83).

Esse regionalismo, que se baseava na descrição de áreas rurais pouco desenvolvidas, teve, portanto, aspectos positivos – o destaque das culturas locais, com seus costumes e linguagem – mas teve também aspectos negativos – o homem do campo colocado como um modelo meio caricatural que fazia feliz o homem da cidade por tê-lo superado.

Nesse quesito, Candido ressalta Simões Lopes Neto (1865-1916) como um regionalista “que soube manter a dignidade do tema e excelência do tratamento literário” (2015, p.83), superando a distância entre narrador culto e homem rústico numa narrativa escrita por meio do encontro da fala popular com a estilização erudita.

Aqui, Candido coloca Monteiro Lobato (1882-1948) como parcialmente regionalista, dizendo que ele “misturava o senso moderno dos problemas a um naturalismo já superado, em contos ordenados em torno da anedota-chave” (CANDIDO, 2015, p. 84). Sua maior contribuição foram os livros infantis e a editora

que fundou destinada a publicar autores brasileiros contemporâneos, concebendo um tipo de livro barato e elegante.

Entre 1910 e 1920, floresceu o Penumbrismo como manifestação final de certas tendências simbolistas, por meio de um verso discreto e macio que esfumava as percepções e os sentimentos, e, principalmente, “como preparação do terreno para o Modernismo na preferência pelos temas cotidianos e na prática tanto do verso livre quanto dos versos regulares de ritmo liberado” (CANDIDO, 2015, p. 85). Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Ribeiro Couto são os penumbristas que Candido destaca e que vão passar ao Modernismo.

O Modernismo não foi apenas um movimento literário, mas, como tinha sido o Romantismo, um movimento cultural e social de âmbito bastante largo, que promoveu a reavaliação da cultura brasileira, inclusive porque coincidiu com outros fatos importantes no terreno político e artístico, dando a impressão de que na altura do Centenário da Independência (1922) o Brasil efetuava uma revisão de si mesmo e abria novas perspectivas, depois das transformações mundiais da guerra de 1914-1918, que aceleraram o processo de industrialização e abriram um breve período de prosperidade para o nosso principal produto de exportação, o café (CANDIDO, 2015, p. 85-86).

O autor coloca como livro inicial do movimento o *Pauliceia desvairada* (1922), de Mário de Andrade, que trouxe como personagem principal a própria São Paulo em processo de desenvolvimento para se tornar a mais importante cidade do país. A Semana de Arte Moderna também foi um acontecimento importante de 1922 que envolveu autores como Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Guilherme de Almeida (1890-1969), Manuel Bandeira (1886-1968), Ronald de Carvalho e outros artistas, como os pintores Emiliano Di Cavalcanti e Anita Malfatti, o escultor Victor Brecheret e o compositor Villa-Lobos. O Modernismo brasileiro abriu a fase mais produtiva da literatura brasileira, produzindo em larga escala uma literatura própria.

Segundo Candido, Mário de Andrade (1893-1945), autor de *Macunaíma* (1928), é a figura central do Modernismo, sendo poeta, narrador, ensaísta, musicólogo, folclorista e líder cultural. Mas, o grande agitador do Modernismo é Oswald de Andrade (1890-1954), autor do importante *Manifesto Antropófago* (1928), grande polemista, representa, junto com Mário, a ala inovadora e combativa do Modernismo.

Menotti Del Picchia (1892-1988), Graça Aranha (1868-1931), Cecília Meireles (1901-1964), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Prudente de Moraes (1904-

1977) e Alceu Amoroso Lima (1893-1983) são outros autores que Candido cita desse grupo de São Paulo-Rio de Janeiro do Modernismo no Brasil.

A partir desse grupo, outros se difundiram pelo país, como nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e na região nordeste. Augusto Meyer (1902-1970) foi um poeta de valor e um crítico notável, Gilberto Freyre (1900-1987) foi sociólogo, historiador social e escritor que contribuiu para reorientar os estudos sobre o Brasil, Raul Bopp (1898-1984) e Antônio de Alcântara Machado (1901-1935) também foram modernistas sensíveis a esse país novo e procuravam exprimir sua variedade por diversas maneiras: o primeiro escreveu poemas baseados em mitos amazônicos e inspirados na vida e nos ritmos dos negros, o segundo escreveu contos sobre os imigrantes italianos.

A fase que vai de 1930 até o final da Segunda Guerra assistiu ao começo da grande mudança social, econômica e cultural do Brasil, com o declínio das velhas oligarquias de base agrária e o ascenso da burguesia industrial, que passa lentamente aos controles do mando, ao mesmo tempo em que as classes médias crescem em volume e participação social, e o operariado entra na vida política em larga escala (CANDIDO, 2015, p. 99).

É nesse período que estreia Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), publicando livros importantes como *Alguma poesia* (1930), *Sentimento do Mundo* (1940), *José* (1942), *Rosa do povo* (1945), entre outros. Drummond é considerado, em consenso nacional, o maior escritor do momento e um dos raros grandes que o Brasil produziu. Murilo Mendes (1901-1975), Jorge de Lima (1893-1953), Augusto Frederico Schmidt (1906-1965) e Vinicius de Moraes (1913-1980) são, segundo Candido, os poetas que se enquadram em uma das grandes opções ideológicas do momento: a volta à religião. O autor ainda menciona Plínio Salgado (1895-1975), Otávio de Faria (1908-1980) e Lúcio Cardoso (1913-1968) nessa parte do Modernismo.

Passando para a próxima geração, ainda modernista, o autor introduz Graciliano Ramos (1892-1953) como o mais eminente dos “nordestinos” e um dos maiores escritores da literatura brasileira. *Vidas Secas* (1938), *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936), *Caetés* (1933), *Infância* (1945) e *Memórias do cárcere* (1955) são as obras de Graciliano destacadas por Candido.

Em seguida, deparamo-nos com o nome de José Lins do Rego (1901-1957), que tem por obra-prima *Fogo morto*, de 1943. Jorge Amado (1912-2001), colocado como o romancista mais popular do Brasil e o único a conquistar públicos apreciáveis no exterior. José Américo de Almeida (1887-1980) e Rachel de Queiroz (1910-2003) também são autores do “romance nordestino” mencionados por Candido.

Rubem Braga (1913-1990), Érico Veríssimo (1905-1975), Dionélio Machado (1895-1958), Aníbal Machado (1894-1964), João Alphonsus (1901-1959), Ciro dos Anjos (1906-1994), Emílio Moura (1902-1971) são mais autores dessa fase da literatura brasileira, além do crítico Álvaro Lins (1912-1970), que foi quem analisou de maneira regular e segura a produção que estamos mostrando.

“Costuma-se ver no ano de 1945 o começo de uma nova fase, que coincide com o fim da Segunda Guerra Mundial” (CANDIDO, 2015, p. 113), que começa a mostrar os efeitos do ensino superior das letras, o desenvolvimento notável da dramaturgia – com Nelson Rodrigues (1912-1980), Jorge Andrade (1922-1984), Ariano Suassuna (n. 1927) – assim como da crítica teatral, na qual se destacam Décio de Almeida Prado (1917-2000) e Sábato Magaldi (n. 1927). Na poesia, “preconizaram a retomada do poema metrificado e a elevação dos temas, sem, no entanto, deixar de lado o verso livre nem a conquista do cotidiano familiar como assunto válido” (CANDIDO, 2015, p. 114).

Dos mais típicos da “geração de 45”, Candido escolhe citar Geir Campos (1924-1999), José Paulo Moreira da Fonseca (1922-2004), Domingos Carvalho da Silva (1915-2003), Péricles Eugenio da Silva Ramos (1919-1992), Ledo Ivo (n. 1924), João Cabral de Melo Neto (1920-1999), Clarice Lispector (1920-1977), Murilo Rubião (1916-1991), Lygia Fagundes Telles (n. 1923), Osman Lins (1924-1978), Valdomiro Autran Dourado (n. 1926), Dalton Trevisan (n. 1925) e finaliza com João Guimarães Rosa (1908-1967), que é, também, um dos maiores escritores que nosso país já teve.

O autor terminará seu livro com o Concretismo, que teve início em 1956 e colocou

[...] drasticamente de lado as opções de tipo nacionalista, produzindo como se o espaço literário fosse uma realidade acima do âmbito dos países e, portanto, o escritor não precisasse se justificar pela referência a qualquer aspecto local, mas apenas à elaboração da linguagem. Com isso manifestava-se uma forma de maturidade da consciência literária e um momento antiético da oscilação pendular entre localismo e cosmopolitismo, própria da literatura dos países colonizados (CANDIDO, 2015, p. 122).

Autores desse momento são: Rubem Fonseca (n. 1925) e João Antônio (1937-1996), que “procuraram aproximar-se ao máximo da linguagem falada, usando a primeira pessoa e reduzindo a distância entre autor e narrador-personagem” (CANDIDO, 2015, p.123). Dos poetas concretos também se destacam Décio Pignatari (n. 1927), Haroldo de Campos (1929-2003) e Augusto de Campos (n. 1931).

“Com estas observações, está realizado o intuito de mostrar um processo literário chegado à maturidade plena.” (CANDIDO, 2015, p. 124)

Convido-vos agora a refletir comigo. Não coloquei todos esses nomes que Candido cita, menciona ou destaca ao longo de seu texto com a única pretensão de resumir seu livro. Quantos desses autores são negros ou indígenas? Quantos deles são realmente relevantes para a consolidação do nosso “sistema literário”? Quantos deixaram de ser trazidos à luz desse processo porque simplesmente não são lembrados ou valorizados por estarem à margem da sociedade? Essas são as principais questões que discutiremos ao longo do próximo e último capítulo desta pesquisa.

4. O caso do racismo estrutural na formação do livro

Candido (2015) coloca mais de 100 nomes, entre escritores, críticos literários e outros artistas, em seu texto *Iniciação à literatura brasileira*. Desses mais de 100, apenas cinco são mulheres, todas brancas, e quatro são negros. Será que em um país onde tantas pessoas não são eurodescendentes é possível que somente quatro pessoas negras tenham se destacado na história da literatura por todos esses anos?

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, pouco tempo depois do “descobrimento” do Brasil, os africanos começaram a ser trazidos como escravos para o país. Entre 1531 e 1575, foram, num número estimado pelo Instituto, 10.000 pessoas que desembarcaram dos navios negreiros. Conforme os anos foram passando, os números foram aumentando e tivemos dois picos nos períodos de 1651 a 1670, com 185.000 africanos trazidos para o Brasil, e de 1741 a 1750, com 185.100, totalizando 1.895.000 ao final de 1780. Entre 1781 e 1785, o número estimado de africanos trazidos para o Brasil foi 63.100 e no período de 1826 a 1830 chegaram a 250.200 pessoas. Até 1855, o total estimado de africanos que

desembarcaram no país foi de 2.113.900.

Um outro gráfico do IBGE mostra a evolução da população brasileira, segundo a cor, no período de 1872 a 1991: a população preta cresceu de 1.954.452 pessoas para 7.335.136 nesse período, e a população parda, de 4.188.737 pessoas para 62.316.064, enquanto a população branca foi de 3.787.289, em 1872, para 75.704.927 em 1991. O próprio Instituto diz que

[...] a partir da segunda metade do século XIX, a população negra e mestiça cresceu, mas não como decorrência de alforrias, e sim devido a um crescimento natural: era gente livre tendo filhos livres. A população livre 'de cor', sobretudo os afro-mestiços, chegou a constituir parcelas expressivas das camadas urbanas (IBGE, 2000).

Existiram autores negros nesse período que Candido (2015) chama de “sistema literário consolidado”, como Maria Firmina dos Reis, por exemplo, que lançou o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher brasileira negra, *Úrsula* (1859), que deixaram de ser mencionados pelo autor em seu texto. Portanto, respondendo à pergunta que iniciou este capítulo, é possível, sim, que poucas pessoas negras tenham se destacado na literatura naquele período (e até os dias atuais), um pouco mais do que o autor traz para seu sistema literário, mas não o suficiente para equilibrar a proporção em relação à quantidade de pessoas pertencentes à parcela da população negra no país como vimos nos dados do IBGE. Parte disso se deve ao fato de que muitas pessoas negras não eram alfabetizadas por conta da condição de escravizados, ou seja, não tinham acesso à educação e à informação. Em contrapartida, os que escreviam não eram considerados autores, eram desprezados e, muitas vezes, silenciados pela sociedade que os via na condição de inferiores por causa da cor de sua pele. Apesar de alguns autores terem conseguido ser valorizados e entrado para o sistema literário brasileiro, ainda hoje vemos formas de discriminação e de desvalorização dessas pessoas, sua cultura e sua produção literária.

Em sua “nota prévia”, Candido diz que seu livro é “um resumo da literatura brasileira escrito em 1987 para leitores estrangeiros, como capítulo de uma obra coletiva sobre o Brasil, a ser editada na Itália no quadro das comemorações do 5º Centenário do Descobrimento da América” (2015, p. 9) e que, por esse motivo, o critério que adotou foi

[...] dar destaque ao que se pode chamar de movimento geral da literatura, encarada historicamente, reduzindo ao máximo possível o número de autores e de obras citadas, a fim de evitar o tipo catálogo. Também por isso pus de lado a pretensão de informar sobre o estado atual da nossa literatura, o que levaria a alinhar uma quantidade de nomes ainda não triados pela passagem do tempo. O meu marco terminal foi o decênio de 1950, depois do qual me limitei a dar algumas indicações (CANDIDO, 2015, p. 9).

O próprio evento para o qual Candido escrevia já nos diz muito sobre o racismo estrutural que temos discutido: 5º Centenário do Descobrimento da América. Descobrimento por quem? Pelos europeus. Porque a América precisa comemorar o seu descobrimento pelos europeus sendo que essas não eram terras desabitadas que foram descobertas como uma terra nova para se habitar? Outro ponto a ser considerado problemático na nota prévia do autor é, quando ele diz que reduziu ao máximo o número de autores e obras citadas e que não levou em conta os autores mais recentes de seu tempo. Mesmo “reduzindo ao máximo”, ele trouxe para seu texto mais de 100 nomes, muitos dos quais são de autores menores que não trouxeram grandes transformações ou agregaram significativamente para a formação da nossa literatura, ao contrário, muitos que realmente marcaram nossa história estão apagados em seu texto.

Como a obra italiana acabou não se concretizando, decidi tirar o meu resumo da gaveta e oferecê-lo à editora Humanitas, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, que o publicou em 1997. Reeditado agora para um público maior, espero que ajude os interessados a apreender um dos modos possíveis de traçar o desenho da literatura brasileira no tempo (CANDIDO, 2015, p. 9).

A obra italiana não aconteceu e o resumo ficou guardado por um tempo. Depois, Candido resolveu disponibilizá-lo aos leitores de seu próprio país e ainda assim não fez modificações ou inserções na sua linha do tempo da literatura brasileira. Figuras como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Ruth Guimarães continuaram de fora.

Como coloquei na epígrafe deste trabalho, as palavras de Angela Davis cabem bem ao que acontece com nosso autor: “numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”. Candido não foi uma pessoa racista, mas também não foi antirracista na construção de seu texto sobre a literatura brasileira, ele deixou de iluminar nossos autores negros, destacando apenas os quatro que são considerados “cânones”: Luís Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto e Machado de Assis.

A prova de que o professor Antonio Candido traz para seu texto uma posição não racista se evidencia em alguns trechos de seu livro que pontuo a seguir:

- Ao tratar do veio da poesia satírica no nosso Romantismo, ele coloca Luís Gama (1830-1882) como um “representante de interesse” – “Um pequeno poema deste, QUEM SOU EU?, é admirável pela força desmistificadora da comicidade com que denuncia a tolice do preconceito de cor em nossa sociedade largamente mestiça” (CANDIDO, 2015, p. 46).
- Em outro momento ele diz, em um tom de denúncia, que o movimento indianista da nossa literatura, tão “importante histórica e psicologicamente” para o povo brasileiro, serviu, inclusive, para “mascarar a herança africana”, porque, como o negro ainda era escravo, essa herança era considerada menos digna e por isso não foi idealizada na literatura pelos europeus, que escolheram embelezar e enobrecer o indígena (CANDIDO, 2015, p. 51).
- Na página 58, Candido (2015) enfatiza Castro Alves (1847-1871), que, apesar de não ser negro, “desempenhou papel importante, mesmo depois de sua morte, na campanha pela abolição da escravidão negra”.
- Ainda destacando a importante campanha pela abolição da escravidão, o autor ilumina as obras *A escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, e *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, assim como os discursos, artigos e ensaios políticos de Joaquim Nabuco. (CANDIDO, 2015, p. 62)
- No movimento naturalista, Candido ressalta a obra *O mulato* (1881), de Aluísio Azevedo, como um “estudo do preconceito de cor, tão odioso quanto irracional num país mestiço como o Brasil” (2015, p. 71).

Apesar dessas colocações, o professor pontua Cruz e Sousa (1861-1898) como “o único escritor eminente de pura raça negra na literatura brasileira, onde são numerosos os mestiços” (CANDIDO, 2015, p. 77) e se esquece de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), por exemplo, que também foi uma grande escritora puramente negra. Além disso, diz que “o negro entrou pela primeira vez maciçamente na ficção brasileira, com a sua poesia e a sua pobreza, as suas lutas e crenças” (CANDIDO, 2015, p. 109) nas obras *Cacau* (1933), *Suor* (1934) e *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado (1912-2001), apagando a obra *Úrsula* (1859), de Maria Firmina dos Reis, da história.

Infelizmente, a representatividade negra ainda não aparece com louvor na literatura brasileira, mas existem muitos nomes consagrados que marcam presença e fazem história: poetas, romancistas, contistas e cronistas que continuam a enfrentar o preconceito e que, diante de tamanha força transformadora, constroem um importante legado cultural e literário que inspira e empodera gerações. Grande parte desses autores e autoras abordam temas relacionados à representatividade e apresentam o cotidiano, os problemas sociais e históricos vivenciados pela população negra brasileira. No Literafro, portal da Literatura afro-brasileira criado pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa Afrodescendências na Literatura Brasileira da Faculdade de Letras da UFMG, por exemplo, existe um catálogo composto por 57 autoras e 100 autores, todos negros.

Os mais de três séculos de escravidão no Brasil normalizaram a exclusão quase total da população negra no exercício da cidadania e na incorporação aos meios oficiais de cultura. Mas muitos resistiram nas orlas desse sistema. De acordo com a professora Luiza Brandino, em texto publicado no Brasil Escola,

a intelectualidade negra fundou, em 1833, por exemplo, o jornal *O Homem de Cor*, publicação de cunho abolicionista, uma entre várias que se manifestaram em número cada vez maior ao longo do século XIX e XX, reivindicando as pautas que os outros veículos de mídia não contemplavam.

A professora também menciona a imprensa negra como ponto importante da história do nosso país, de modo que a própria Associação Brasileira de Imprensa (ABI) foi fundada por um escritor negro, Gustavo de Lacerda.

Esses são alguns marcos que Antonio Candido não traz para seu *Iniciação à literatura brasileira*, como também não considera *Os Cadernos Negros*, tão importantes para a consolidação da literatura negra no Brasil. A antologia de poesia e prosa já foi mencionada nos capítulos anteriores do presente trabalho, mas vale lembrar que essas obras foram criadas a fim de divulgar a produção dos autores negros que, muitas vezes, não eram reconhecidos pelas grandes editoras. Lançados pela primeira vez em 1978, teve sua primeira edição em livro de bolso e foi custeada pelos próprios oito poetas que a haviam produzido. Desde então, um volume foi lançado por ano pela editora Quilombhoje.

Portanto, podemos concluir que a obra do professor Antonio Candido se insere no racismo estrutural que permeia nossa sociedade e, conseqüentemente, nossa

literatura. Por mais que ele destaque alguns pontos em favor dos autores negros renomados e das obras importantes de caráter abolicionista que existiram ao longo da história. Seu “sistema literário” está intimamente ligado à tradicional literatura brasileira repetidamente ensinada nas escolas e universidades do Brasil: uma literatura que reflete um paradigma de dominação cultural, com sua visão predominantemente branca, eurocêntrica, com autores, na grande maioria, brancos, que escrevem sobre personagens brancos e, quando não, personagens negros ou indígenas, escritos a partir da perspectiva do colonizador.

4.1 Alguns autores e autoras importantes que são, muitas vezes, esquecidos pela tradição literária brasileira.

Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís do Maranhão no ano de 1822, viveu até 1917 e é um exemplo de mulher negra guerreira que rompeu barreiras, encarou estereótipos e enfrentou todos os preconceitos, que, infelizmente, não se extinguiram em sua época. Muito jovem, aos 22 anos, foi aprovada em um concurso público para trabalhar como professora na cadeira de instrução primária e foi por suas mãos que nasceu o que é considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro escrito por uma mulher negra, o *Úrsula*, de 1859.

Solano Trindade nasceu em 1908 na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, e viveu até 1974. Francisco Solano Trindade foi poeta, militante, folclorista, ator, dramaturgo e cineasta negro e brasileiro. Fundou a Frente Negra Pernambucana e o Centro de Cultura Afro-Brasileira no decênio de 1930.

Carolina Maria de Jesus nasceu em 1914, no estado de Minas Gerais, e viveu até 1977. Morou na favela do Canindé, em São Paulo, onde catava papel para sobreviver. Carolina estudou somente até as primeiras séries do ensino básico, mas sempre gostou de escrever. Ela costumava transformar os cadernos que encontrava em diários nos quais registrava diversos detalhes sobre o seu cotidiano marcado pela miséria. Em 1958, um jornalista que foi à favela escrever uma matéria sobre o local e se encantou com a história de Carolina. Ele publicou parte de seus escritos em um jornal e em uma revista, e essas publicações projetaram-na como escritora. Em 1960,

a autora lançou seu primeiro livro, *Quarto de despejo*, que já foi traduzido para 14 idiomas e vendido em mais de 40 países. Foi a primeira autora negra brasileira a conhecer a fama no mundo editorial.

Ruth Guimarães nasceu em 1920 na cidade de São Paulo e viveu até 2014. Foi escritora, jornalista, teatróloga, tradutora e pesquisadora. Publicou poemas nos jornais locais ainda menina, teve uma seção permanente dedicada à literatura na Revista do Globo, de Porto Alegre, e alcançou projeção nacional com o romance *Água Funda*, de 1946, com aclamação pela crítica. Foi a segunda mulher negra a publicar um livro no Brasil, 87 anos depois de Maria Firmina dos Reis.

Maria da Conceição Evaristo de Brito, mais conhecida como Conceição Evaristo, nasceu em 1946. É professora, pesquisadora, poeta, contista e romancista. Estreou na literatura em 1990 com seus poemas divulgados n'Os *Cadernos Negros*. Lançou seu primeiro romance em 2003, *Ponciá Vicêncio*, e desde então sua obra tem sido objeto de pesquisa no Brasil e no exterior. Teve cinco títulos traduzidos para o inglês e o francês. Sua obra elege a mulher negra como a protagonista por excelência, misturando ficção e realidade, em um conceito que chamou de "escrevivência".

Luiz Silva, mais conhecido por seu pseudônimo Cuti, nasceu em 1951. É mestre e doutor em Letras pela Unicamp, pesquisador da produção literária negra no Brasil, além de poeta, contista, dramaturgo e militante. É um dos fundadores e mantenedores das publicações dos *Cadernos Negros* e da Quilombhoje. Sua obra se dedica à denúncia do racismo estrutural brasileiro e ao resgate da ancestralidade e da memória negra.

Ana Maria Gonçalves, nascida em Ibiá, no estado de Minas Gerais, em 1970, é romancista, contista e pesquisadora. Lançou seu primeiro livro em 2002, *Ao lado e à margem do que sentes por mim*. Quatro anos depois, em 2006, lançou *Um defeito de cor*, que narra a inspiradora história de Luiza Mahin, heroína da Revolta dos Malês e mãe de Luís Gama.

Esses são apenas alguns dos tantos autores e autoras da literatura negra que passaram e ainda estão presentes no nosso país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país culturalmente dominado pelo poder branco europeu, que recebeu a diáspora africana por meio do tráfico negreiro, a literatura, assim como outras organizações políticas, econômicas e sociais, foram esmagadas pelo processo de colonização.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou a compreensão de que a literatura negra, ou seja, a produção literária escrita pelo próprio negro a partir de suas vivências, de sua subjetividade e de seu ponto de vista, surgiu como uma reação à exclusão desse povo nos meios intelectuais a fim de afirmar sua identidade e reivindicar sua cidadania.

A literatura brasileira oficial, ou “canônica”, é tida como aquela que corresponde aos livros “clássicos” considerados pelos currículos escolares, refletindo esse paradigma da dominação cultural branca, é, em sua maioria, uma literatura escrita por brancos sobre personagens brancos nas posições socialmente aceitas. Quando os personagens negros aparecem, geralmente são estereotipados e têm sua imagem degenerada.

Trazer para o “sistema literário” apenas quatro autores negros, não só na cor da pele mas também no enredo de sua escrita, faz, sim, do texto de Candido um texto permeado pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprovam que grande parte da população do país é negra desde que os portugueses começaram a trazer os africanos para o território nacional com a finalidade de escravizá-los. Sem condições iguais de trabalho, estudo e cidadania, a literatura, assim como a vida de uma maneira geral, não foi algo permitido aos negros que aqui residiam. Ainda assim, houve na história da nossa literatura figuras negras importantes, como as que são consideradas por Antonio Candido no *Iniciação à literatura brasileira*: Luís Gama, Cruz e Souza, Lima Barreto e Machado de Assis (que a mídia muitas vezes embranquece fazendo com que grande parte da população nem saiba que é negro), mas também outras, como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Ruth Guimarães, por exemplo, que ficam de fora do seu sistema literário.

Compreender o que é o racismo estrutural e conseguir vislumbrá-lo no texto de *Candido*, que é considerado um manual por muitos intelectuais da literatura, assim como base para a construção dos livros didáticos, que são um dos maiores veículos de propagação da literatura, permite que abordemos a história, não só da literatura, mas do nosso país como um todo, de maneira antirracista, e não apenas não racista. Trazer autores como Maria Firmina dos Reis para a sala de aula e para a vida do leitor, mesmo que ela não apareça no “sistema literário”, é algo que engrandece, enriquece e proporciona novas concepções de literatura, de relacionamento intrapessoal para aqueles que se identificam com as histórias desses escritores e seus personagens, de relacionamento interpessoal para aqueles que percebem que essas pessoas também precisam ser valorizadas, gerando possibilidades de uma sociedade melhor e mais justa por meio da literatura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rômulo Santos de.; PINTO, Filipe Barreiros Alves. **Antonio Candido, o método crítico e a formação do Brasil: uma leitura feita entre o local e o universal.** Blog do Labemus, 2017. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2017/05/26/antonio-candido-o-metodo-critico-e-a-formacao-do-brasil-uma-leitura-feita-entre-o-local-e-o-universal/>. Acesso em: 14 nov. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRANDINO, Luiza. **Literatura negra.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/literatura-negra.htm>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

_____. **O negro na literatura brasileira.** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/literatura/a-representacao-negro-na-literatura-brasileira.htm>. Acesso em: 08 nov. 2022.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira.** 7. Ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2015.

CORTAZZO, Uruguay. **Branquitude e crítica literária.** Literafro, 2018. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/48-uruguay-cortazzo-branquitude-e-critica-literaria>. Acesso em: 10 nov. 2022

DALCASTAGNÉ, Regina. **Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea.** Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, nº. 31. Brasília, janeiro-junho de 2008, pp. 87-110.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Entre Orfeu e Exu, a afrodescendência toma a palavra.** Literafro, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/152-eduardo-de-assis-duarte-entre-orfeu-e-exu-a-afrodescendencia-toma-a-palavra>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Literatura e afrodescendência.** Literafro, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/150-eduardo-de-assis-duarte-literatura-e-afrodescendencia>. Acesso em: 12 nov. 2022.

_____. **Por um conceito de literatura afro-brasileira.** Literafro, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/148-eduardo-de-assis-duarte-por-um-conceito-de-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 12 nov. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado.** São Paulo: Todavia, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectivas, 2016.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Panorama da literatura afro-brasileira.** Literafro, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/147-edimilson-de-almeida-pereira-panorama-da-literatura-afro-brasileira>. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. **Territórios cruzados: relações entre cânone literário e literatura negra e/ou afro-brasileira.** Literafro, 2022. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/1035-territorios-cruzados-relacoes-entre-canone-literario-e-literatura-negra-e-ou-afro-brasileira1>. Acesso em: 05 nov. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

_____. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.